

CARTA- COMPROMISSO

PELA NUTRIÇÃO

O Brasil que queremos construir nos próximos quatro anos: uma agenda para a promoção da saúde, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento social.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. COMPROMISSO PARA O BRASIL	4
3. MENSAGEM FINAL	12

1. APRESENTAÇÃO

A NUTRIÇÃO É PARTE ESSENCIAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

A alimentação adequada é um direito humano fundamental e um dos principais determinantes da saúde, da educação, da assistência social, do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida da população.

Embora tenha avançado no enfrentamento da fome nos últimos anos, o Brasil ainda convive com desafios expressivos, como os mais de 20 milhões de domicílios que ainda enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, demonstrando que o acesso à alimentação adequada e saudável ainda não é uma realidade para todos os brasileiros. Ao mesmo tempo, cresce a carga das doenças relacionadas à alimentação. No Brasil, mais de 60% da população adulta e mais de 30% da população de crianças e adolescentes apresenta excesso de peso, condição associada ao aumento do risco de obesidade, diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, que estão entre as principais causas de adoecimento, mortalidade e pressão sobre os sistemas de saúde. Esse cenário gera impactos humanos, sociais e econômicos cada vez maiores e reforça a importância de políticas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças.

O Brasil também vive uma acelerada transição demográfica, com crescimento contínuo da população idosa e, conseqüentemente, da demanda por ações de cuidado, prevenção e promoção da saúde. Paralelamente, crianças e adolescentes seguem expostos a ambientes alimentares que favorecem o consumo de alimentos ultraprocessados e dificultam a construção de hábitos alimentares saudáveis, tornando ainda mais estratégicos os investimentos em alimentação escolar, educação alimentar e nutricional e proteção da infância.

Esses desafios não podem ser enfrentados por uma única política pública ou por um único setor. Exigem articulação permanente entre saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional, agricultura, desenvolvimento econômico e demais áreas de governo, com ações baseadas em evidências científicas e orientadas para a garantia de direitos.

Nesse contexto, a Nutrição deve ser compreendida como uma política de Estado, e não apenas como uma área de atuação profissional. Investir em alimentação e nutrição significa investir em prevenção, desenvolvimento humano, produtividade, redução das desigualdades e maior eficiência das políticas públicas.

A implementação dessa agenda conta com a atuação de mais de 275 mil profissionais da área de Nutrição no Brasil, entre nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética, presentes nos serviços de saúde, na alimentação escolar, na assistência social, nas instituições de longa permanência para idosos, na vigilância sanitária, na indústria de alimentos e em diversos outros espaços estratégicos para a promoção da saúde e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Como autarquia federal responsável por orientar, normatizar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Nutrição em todo o território nacional, o Conselho Federal de Nutrição (CFN) atua na defesa da saúde da população e na qualificação das políticas públicas relacionadas à alimentação e à nutrição, em articulação com os Conselhos Regionais de Nutrição (CRN).

É nesse contexto que o CFN apresenta esta Carta-Compromisso para as Eleições 2026. Os compromissos aqui reunidos, alinhados à Agenda Legislativa do Sistema CFN/CRN, têm como finalidade maior qualificar políticas e serviços, ampliar direitos, proteger a população e fortalecer a capacidade do Estado de promover saúde e segurança alimentar e nutricional. Trata-se de uma agenda transversal para o desenvolvimento do Brasil, baseada na convicção de que a alimentação e a nutrição são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais saudável, justa, produtiva e sustentável.

2. COMPROMISSOS PARA O BRASIL

1. Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e a atenção nutricional em todos os níveis de cuidado

Compromisso: defender o Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública de Estado, universal, integral, equânime e de qualidade, assegurando financiamento adequado para suas ações e serviços, fortalecendo a presença do nutricionista em todos os níveis de atenção à saúde e apoiando a manutenção e o aperfeiçoamento dos programas e políticas que compõem o sistema.

O SUS representa uma das mais importantes conquistas sociais do país e desempenha papel fundamental na promoção da saúde, na prevenção de doenças, na recuperação e na reabilitação da população brasileira.

A alimentação e a nutrição são componentes essenciais do cuidado em saúde e devem estar presentes em toda a Rede de Atenção à Saúde.

Por essa razão, é necessário ampliar e qualificar a inserção de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética na Atenção Primária à Saúde, na Atenção Especializada Ambulatorial, nos serviços de média e alta complexidade, nos hospitais, na atenção domiciliar e nos demais pontos de atenção do SUS.

Fortalecer a atuação de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética contribui para a prevenção e o controle das doenças crônicas não transmissíveis, o enfrentamento de todas as formas de má nutrição, a promoção da alimentação adequada e saudável, a qualificação da terapia nutricional e a melhoria dos desfechos em saúde ao longo de todo o ciclo da vida.

Também é fundamental proteger e fortalecer as políticas, programas e estratégias que integram o SUS e garantem o acesso da população a ações de alimentação e nutrição. Defender o SUS exige, ainda, assegurar financiamento público suficiente e estável para a manutenção e expansão dos serviços de saúde. Nesse sentido, é essencial apoiar a destinação e a execução de recursos orçamentários, inclusive por meio de emendas parlamentares, de forma transparente e alinhada às necessidades do sistema, contribuindo para a ampliação do acesso, da qualidade da assistência e da capacidade de resposta do SUS às demandas da população brasileira.

2. Fortalecer e ampliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Compromisso: defender o fortalecimento, a ampliação e o financiamento adequado do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando recursos compatíveis com suas atribuições e com as necessidades nutricionais dos estudantes, bem como valorizando a atuação do nutricionista na gestão, execução e monitoramento do programa.

O PNAE é uma das mais importantes políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do Brasil, garantindo acesso à alimentação adequada e saudável para milhões de estudantes da educação básica e contribuindo para o desenvolvimento, a aprendizagem e a permanência escolar.

A qualidade e a efetividade do programa dependem da participação de nutricionistas, profissionais responsáveis pela elaboração dos cardápios, bem como por todo o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de alimentação e nutrição, exercendo papel estratégico nas equipes e na responsabilidade técnica do PNAE.

Fortalecer o programa exige a proteção de seus princípios, a ampliação de seu alcance e a garantia de orçamento suficiente, por meio da valorização dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para assegurar refeições adequadas, educação alimentar e nutricional e o funcionamento qualificado de uma política pública essencial para a saúde, a educação e a segurança alimentar das crianças e adolescentes brasileiros.

3. Ampliar a proteção social e a atenção às necessidades alimentares e nutricionais no SUAS

Compromisso: apoiar a inserção do nutricionista na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), fortalecendo a composição multiprofissional das equipes e a capacidade de resposta do SUAS às necessidades dos usuários.

A alimentação é uma dimensão fundamental da proteção social. Situações de pobreza, insegurança alimentar e nutricional, envelhecimento, deficiência e outras condições de vulnerabilidade podem estar associadas a necessidades que demandam respostas integradas entre as políticas de assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional.

O fortalecimento da composição multiprofissional do SUAS pode ampliar a capacidade dos serviços de identificar e enfrentar essas necessidades, especialmente nos territórios e equipamentos que atendem populações em situação de maior vulnerabilidade.

A inserção do nutricionista na NOB-RH/SUAS deve ser compreendida como medida de qualificação da proteção social, capaz de fortalecer a abordagem das necessidades alimentares e nutricionais dos usuários e contribuir para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

O objetivo é ampliar a capacidade do Estado de oferecer respostas integradas às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, reconhecendo que não há proteção social plena quando as necessidades alimentares e nutricionais da população não são adequadamente consideradas.

4. Fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

Compromisso: defender o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assegurando recursos adequados para a implementação de suas políticas, programas e ações, bem como ampliando a participação do nutricionista na formulação, gestão, execução e avaliação das estratégias de promoção da segurança alimentar e nutricional no país.

O SISAN constitui uma estrutura essencial para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, promovendo a articulação entre os diferentes entes federativos, setores governamentais e instâncias de participação social na construção de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

A atuação do nutricionista é estratégica para a efetividade do sistema contribuindo tecnicamente para o diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população, a formulação de políticas públicas, a implementação de ações de educação alimentar e nutricional, a promoção da alimentação adequada e saudável e o monitoramento de programas e ações voltados à garantia desse direito.

Fortalecer o SISAN exige assegurar financiamento adequado, governança participativa e valorização das equipes técnicas responsáveis por sua implementação, consolidando políticas públicas capazes de enfrentar a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de má nutrição, com base em evidências científicas e na garantia de direitos da população brasileira.

5. Valorizar os profissionais e fortalecer a qualidade dos serviços de saúde

Compromisso: apoiar políticas de valorização dos trabalhadores da saúde e de melhoria das condições de trabalho, incluindo a jornada de 30 horas semanais e a instituição de piso salarial nacional para nutricionistas.

A qualidade e a continuidade dos serviços de saúde dependem de profissionais qualificados e de condições de trabalho que favoreçam sua permanência e seu adequado desempenho. A valorização da força de trabalho, portanto, deve ser compreendida não apenas como uma questão profissional, mas como investimento na qualidade da atenção oferecida à população.

Nesse contexto, o CFN defende a adoção da jornada de 30 horas semanais e a instituição de piso salarial nacional para nutricionistas, como medidas que contribuem para relações de trabalho mais adequadas, para a atração e permanência de profissionais qualificados, para a redução da rotatividade e para a continuidade das ações de alimentação e nutrição nos serviços públicos e privados.

O fortalecimento das condições de trabalho pode contribuir para equipes mais estáveis, maior continuidade do cuidado e melhor capacidade de resposta dos serviços às necessidades da população. Valorizar os profissionais que atuam na promoção da saúde, na prevenção de doenças e no cuidado é, portanto, também uma forma de valorizar o próprio serviço oferecido à sociedade.

6. Assegurar formação de qualidade para os profissionais de saúde

Compromisso: apoiar políticas que assegurem formação compatível com a complexidade do cuidado em saúde, garantindo a obrigatoriedade da formação presencial nos cursos de graduação da área da saúde, em especial nos componentes curriculares que envolvam práticas assistenciais, desenvolvimento de competências clínicas, estágios e interação direta com usuários e equipes.

A qualidade da formação dos profissionais de saúde possui impacto direto sobre a qualidade do cuidado oferecido à população.

A profissão de nutricionista e de técnico em nutrição e dietética, como muitas outras da área da saúde, exige o desenvolvimento de competências técnico-científicas, éticas e relacionais que demandam vivências práticas presenciais, contato direto com indivíduos e coletividades, atuação em equipes multiprofissionais, participação em atividades clínicas e experiência nos diferentes cenários de atenção.

A formação presencial constitui elemento fundamental para o desenvolvimento dessas competências, permitindo a integração entre teoria e prática e o aperfeiçoamento das habilidades necessárias.

O Brasil precisa formar profissionais preparados para enfrentar seus desafios sanitários e sociais. Defender a qualidade da formação em saúde é, portanto, defender a qualidade da assistência prestada à população.

7. Ampliar o acesso à atenção nutricional e à assistência integral à saúde

Compromisso: apoiar medidas que assegurem o acesso integral à assistência nutricional, inclusive a cobertura, pelos planos privados de assistência à saúde, de exames laboratoriais devidamente solicitados por nutricionistas no âmbito de suas competências profissionais.

A atenção nutricional qualificada contribui para a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a identificação de riscos e o acompanhamento de condições relacionadas à alimentação e à nutrição.

O acesso oportuno aos recursos necessários à avaliação e ao acompanhamento nutricional favorece uma atenção mais integral e resolutiva e pode contribuir para a prevenção de agravos e para o uso mais adequado dos serviços de saúde.

Garantir esse acesso significa ampliar o direito da população a uma assistência nutricional completa, baseada em evidências e integrada às demais ações de cuidado em saúde. Além dos benefícios para a saúde e a qualidade de vida da população, o fortalecimento da prevenção e da atenção nutricional pode contribuir para o uso mais eficiente dos recursos em saúde, ao evitar ou reduzir a ocorrência e o agravamento de condições que demandam tratamentos mais complexos e onerosos.

8. Garantir segurança, qualidade e informação adequada sobre alimentação e nutrição

Compromisso: fortalecer políticas públicas e aperfeiçoar a regulamentação voltada à alimentação e à nutrição, promovendo a segurança dos alimentos, a qualificação da informação nutricional e a proteção da população contra práticas que possam induzir ao consumo inadequado ou prejudicar escolhas alimentares saudáveis.

A garantia do direito humano à alimentação adequada requer que consumidores tenham acesso a informações claras, transparentes e cientificamente fundamentadas sobre alimentos, bebidas, suplementos alimentares e demais produtos relacionados à alimentação.

O aperfeiçoamento regulatório deve acompanhar as mudanças do mercado e da sociedade, assegurando padrões de qualidade, segurança, rotulagem e publicidade que contribuam para a promoção da saúde e a prevenção de agravos relacionados à alimentação e à nutrição.

O objetivo é fortalecer um ambiente regulatório que valorize a educação alimentar e nutricional, a comunicação responsável e a proteção da saúde da população, estimulando escolhas alimentares mais informadas e conscientes.

9. Fortalecer o cuidado e a segurança alimentar e nutricional das pessoas idosas

Compromisso: apoiar medidas que assegurem a atuação de nutricionistas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), fortalecendo a atenção integral, a segurança alimentar e nutricional e a qualidade de vida das pessoas idosas.

O envelhecimento da população brasileira exige novas respostas das políticas públicas. Nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a alimentação adequada possui papel fundamental na manutenção da saúde, na prevenção e no manejo de agravos nutricionais, na preservação da autonomia e na qualidade de vida.

A atuação dos profissionais da nutrição contribui para adequar a alimentação às necessidades individuais, identificar riscos nutricionais e promover práticas alimentares compatíveis com as condições de saúde e as necessidades específicas de cada pessoa.

Garantir atenção nutricional adequada nas ILPI significa fortalecer o cuidado, a dignidade e a proteção das pessoas idosas, bem como garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

10. Combater o Exercício Ilegal da Profissão e Valorizar a Informação Qualificada em Alimentação e Nutrição

Compromisso: apoiar medidas legislativas e institucionais de combate ao exercício ilegal da profissão de nutricionista e de técnico em nutrição e dietética, fortalecendo os mecanismos de fiscalização, responsabilização e proteção da sociedade contra a divulgação de orientações, prescrições e condutas nutricionais realizadas por pessoas sem habilitação legal.

A alimentação e a nutrição exercem papel fundamental na promoção da saúde, na prevenção de doenças e no tratamento de agravos, exigindo conhecimento técnico científico específico e formação profissional adequada para a realização de avaliações, diagnósticos e prescrições nutricionais.

O crescimento das redes sociais e das plataformas digitais ampliou a circulação de informações sobre alimentação, nutrição e saúde, mas também favoreceu a disseminação de conteúdos sem embasamento científico e a atuação de influenciadores, blogueiros e outros agentes que, sem qualificação ou habilitação legal, promovem orientações que podem representar riscos à saúde da população.

Valorizar os profissionais da nutrição e combater o exercício ilegal da profissão significa proteger a sociedade, promover o acesso à informação de qualidade e assegurar que orientações e prescrições nutricionais sejam realizadas por profissionais legalmente habilitados, comprometidos com a ética, a ciência e a segurança dos cidadãos.

11. Ampliar o acesso à atenção nutricional por meio da dedução de despesas com nutricionistas no IRPF

Compromisso: apoiar a inclusão das despesas realizadas com nutricionistas entre aquelas passíveis de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ampliando o acesso da população ao acompanhamento nutricional qualificado e fortalecendo a prevenção e o controle das doenças crônicas não transmissíveis.

A alimentação inadequada, o excesso de peso e a obesidade estão entre os principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, que representam importante desafio para a saúde pública e geram elevados custos para o sistema de saúde.

A consulta nutricional constitui uma ação de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de condições relacionadas à alimentação e à nutrição. O acesso ao acompanhamento de nutricionistas pode contribuir para a prevenção e o controle de fatores de risco, a promoção da alimentação adequada e saudável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, a inclusão das despesas com nutricionistas entre as dedutíveis do IRPF representa medida de ampliação do acesso à assistência nutricional e de maior isonomia em relação a outras categorias profissionais da saúde já contempladas pela legislação tributária. A medida também pode estimular ações preventivas capazes de reduzir o surgimento e o agravamento de doenças crônicas e, conseqüentemente, contribuir para a redução de gastos futuros com tratamentos de maior complexidade.

Trata-se, portanto, de uma medida alinhada à promoção da saúde, à prevenção de doenças e à eficiência do gasto público, ao reconhecer a atenção nutricional como componente estratégico do cuidado e do enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis.

3. MENSAGEM FINAL

O Conselho Federal de Nutrição (CFN) apresenta esta Carta-Compromisso como contribuição ao debate democrático das Eleições 2026 e como convite para que a alimentação, a nutrição e a segurança alimentar e nutricional sejam reconhecidas como prioridades estratégicas para o desenvolvimento do Brasil.

Os compromissos aqui reunidos refletem a necessidade de fortalecer políticas públicas estruturantes, como o SUS, o SUAS, o SISA e o PNAE; ampliar o acesso da população à atenção nutricional e às ações de prevenção; promover a segurança alimentar e nutricional; garantir informação qualificada baseada em evidências científicas; assegurar formação e condições adequadas de trabalho aos profissionais da saúde; proteger crianças, adolescentes e pessoas idosas; e valorizar a atuação dos nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética na promoção da saúde e na garantia de direitos.

Mais do que uma agenda setorial, esta é uma agenda voltada à promoção da saúde, à redução das desigualdades, ao fortalecimento da proteção social e à construção de políticas públicas capazes de gerar melhores condições de vida para a população brasileira.

O CFN reafirma seu compromisso com o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição no país e conclama os futuros representantes dos Poderes Executivo e Legislativo a apoiar medidas que contribuam para um Brasil mais saudável, justo, desenvolvido e socialmente sustentável.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO (CFN)

cfn

CONSELHO FEDERAL
DE **NUTRIÇÃO**



@cfn_nutri



CFN



CFNonline



@cfn_nutri



@cfn_nutri

www.cfn.org.br